

ELITES POLÍTICAS EM CARAGUATATUBA: 1970-2000. Samuel Candido de Souza, Maria Teresa Miceli Kerbauy. – Ciências Humanas – Ciência Política – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

A Constituição de 1988 transformou os municípios em entes federados, com leis próprias e relativa autonomia político-administrativa. Esse foi um marco no processo de descentralização do poder decisório, cujas medidas como a elevação dos recursos fiscais destinados ao município já vinham sendo tomadas no sentido de transferir para as esferas regionais e municipais a responsabilidade pela implementação de políticas sociais e pela promoção do desenvolvimento econômico. Com isso aumenta significativamente a importância das elites políticas locais, que serão as responsáveis pelas decisões políticas mais significativas, em âmbito local.

Nessa perspectiva, procura-se analisar o processo de formação e recrutamento das elites políticas no município de Caraguatatuba, no período que compreende as décadas de 1970, 1980 e 1990, buscando verificar os processos que levaram à ascensão e ao declínio de certos atores políticos, e sua relação com as transformações ocorridas no município.

Os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa são os seguintes: (i) revisão de textos relacionados ao tema do poder local e elites políticas; (ii) levantamento de dados sobre o município de Caraguatatuba, referentes à história, situação sócio-econômica nos últimos trinta anos, e outros relacionados à vida política local; (iii) sistematização e análise dos dados levantados, fundamentais para a compreensão do panorama político municipal. Nossa hipótese está centrada na dinâmica política local, no grau de participação dos principais atores políticos do município no processo decisório e na forma que as transformações ocorridas, tanto em nível municipal quanto em nível nacional, influíram na própria dinâmica da política local, sendo responsáveis pela mudança (ou não) do perfil dos principais atores políticos locais.

Caraguatatuba é um município localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, distante 186 km da Capital, com uma população de aproximadamente 80.000 habitantes (referência ano de 2000). Devido a sua localização é a principal porta de entrada para a região, ligada à região do Vale do Paraíba pela rodovia dos Tamoios (SP-99) Sua economia sempre foi marcada pela exportação de produtos agrícolas, no século XIX do café produzido no Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais, no século XX dos citros e da banana produzidas no próprio município.

Em 1967 um fenômeno meteorológico raro provoca a maior tragédia da história da cidade: uma precipitação excepcional de água. Cerca de 580 mm de chuva caiu em dois dias, quase a metade da média de chuvas que caem no Brasil em um ano (1.200 mm), encharcando o solo dos morros circundantes de tal modo que provocou uma verdadeira avalanche de lama, pedra e árvores, atingindo quase toda a extensão do município, arrasando a periferia e destruindo quase a totalidade da cidade. Mais de 30 mil árvores ficaram espalhadas em volta da cidade, cerca de 3.000 pessoas ficaram desabrigadas (de uma população de 15.000 habitantes na época) e foram contabilizadas 500 mortes. Esse número provavelmente foi muito maior devido a quantidade de pessoas que foram soterradas ou arrastadas para o mar pela avalanche.

A fazenda de citros e bananas, pertencentes ao grupo inglês Lacanshire, era a principal atividade econômica do município, porém ela entrou em decadência no início da década de 1960, em razão do declínio do mercado de frutas na Europa (para onde a produção das fazendas era destinada). A tragédia, que destruiu todas as plantações e arruinou boa parte da infraestrutura (que incluía até algumas linhas férreas) apenas antecipou o fim das atividades da fazenda. Hoje a área ocupada por ela é utilizada para a criação de gado bovino para uma

pequena indústria de laticínios localizada no interior da fazenda. Essa atividade econômica, no entanto, não se configurou na principal fonte de divisas do município após a tragédia: o asfaltamento da rodovia dos Tamoios facilitou muito o acesso ao município, proporcionando ao turismo surgir como a principal atividade desenvolvida no município, continuando assim até hoje.

Caraguatatuba era um município pobre, e sua reconstrução demandaria recursos que o município não possuía. Tais recursos só poderiam ser disponibilizados junto aos governos estadual e federal. Por si só essa situação faria com que aqueles políticos alinhados com a situação estadual e federal ficassem em melhores condições de negociar a disponibilização dos recursos junto aos órgãos administrativos. Entretanto, vivíamos nessa época o regime militar. Especialmente o final da década de 1960 e início da década de 1970 foi marcado por um maior endurecimento político e autoritarismo. Nessas condições, seria impossível que políticos de oposição pudessem negociar a disponibilização dos recursos, na verdade, os políticos teriam de aderir à situação se quisessem sobreviver politicamente, diante das circunstâncias apresentadas. Tal situação gerou uma marca que até hoje persiste na política municipal, o fato de que o Executivo local e a maioria do Legislativo local estão ligadas à situação estadual.

Isso não significou que os debates políticos no município fossem tranquilos. Pelo contrário, dois grupos políticos travaram uma luta “sangrenta” pelo controle da política municipal. Embora rivais, ambos os grupos ingressaram na ARENA na época do regime militar, formando duas sublegendas que se revezava no comando político da cidade.

A disputa política entre os dois grupos durou toda a década de 1970, enfraquecendo com a eleição de José Bourabeby para a prefeitura, em 1976. Este centralizou em suas mãos todas as decisões políticas, agindo de maneira autoritária em relação ao Legislativo, recebendo antipatia por parte deste. O fim do bipartidarismo e a renovação dos quadros políticos diluíram os dois grupos até o desaparecimento deles.

Uma questão para ser tratada é a importância que órgãos governamentais, tais como Sabesp, Telesp, Sudelpa (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista, criado no governo Paulo Maluf e extinto no governo Franco Montoro) tiveram na política em Caraguatatuba, principalmente como local de recrutamento de novos políticos. As principais obras no município foram realizadas por esses órgãos, e seus resultados utilizados politicamente. Além disso, funcionários desses órgãos também saíam candidatos à vereador, principalmente funcionários da Sabesp, que teve como diretor durante parte da década de 1970 e 1980 Geraldo Nogueira da Silva, prefeito do município nos anos de 1964 à 1968 e líder de um dos grupos políticos citados, indicado por Paulo Maluf na época de seu governo no Estado.

Analisar o perfil sócio-econômico dos vereadores eleitos no período estudado (décadas de 1970 à 1990) é importante. O que podemos distinguir é a presença de muitos profissionais liberais e funcionários públicos, vários deles membros de famílias tradicionais na política local (Nepomuceno, Ferreira, Pimenta, etc). Na década de 1990 começa a modificar um pouco esse perfil com a maior participação de empresários ligados ao comércio e ao setor de serviços, evidenciado pelas eleições para prefeito de José Sydnei Trombini (PMDB, 1992) e Antonio Carlos da Silva (PSDB, 1996), ambos empresários. Uma hipótese para essa mudança seria o crescimento do turismo na região, principalmente após a pavimentação da rodovia dos Tamoios, no início dos anos de 1970.

Como já foi dito, a marca da política municipal é o fato de que o Executivo local e a maioria do Legislativo local estão ligadas à situação estadual. Mesmo após o fim do bipartidarismo e o processo de redemocratização, essa tendência não foi modificada. Nas eleições de 1982, ao contrário daquilo que aconteceu na maioria do país com a vitória da oposição, em Caraguatatuba venceu o partido governista ao eleger Jair Nunes de Souza (PDS)

prefeito. Esse resultado pode ter tido como fatores preponderantes a própria falta de um histórico de oposição ao governo estadual e federal entre os políticos locais, além da aprovação popular obtida pela gestão de Bourabeby, em grande parte graças às obras realizadas pela SUDELPA (fruto da influência governista no município).

A importância dos órgãos governamentais para o município cai durante a década de 1990, com o recebimento, a partir de 1997, da indenização relativa ao processo movido pela prefeitura, iniciado em 1957, contra o Estado de São Paulo pela desapropriação de terras para a criação da Reserva Florestal de Caraguatatuba, que se tornaria em 1977 um núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar. Antonio Carlos da Silva, eleito em 1996, recebe uma quantidade de recursos sem precedentes na história do município, utilizando-os para uma remodelação urbanística do centro (em especial a emblemática reurbanização da Avenida da Praia), e obras em diversos bairros. Ainda assim a tendência do Executivo local estar ligado ao Executivo estadual continua.

Os resultados obtidos até aqui com a pesquisa ainda não são conclusivos. Falta levantar e analisar dados mais específicos acerca das hipóteses levantadas aqui, principalmente quanto ao caráter sócio-econômico dos vereadores e a própria atuação de órgãos governamentais na cidade. A dificuldade da pesquisa, nesse caso em particular, é a obtenção de dados mais antigos, muitos perdidos na tragédia de 1967, e também outros perdidos por falta de conservação e mesmo consciência de sua importância, ainda que o Arquivo Público Municipal tenha conseguido reunir boa parte de documentos e materiais sobre a história de Caraguatatuba.

Referências Bibliográficas

AROUCA, Justo. *Memorial de Sua Excelência: história política de Caraguatatuba*. Caraguatatuba: FUNDACC, 2003.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de (org). *Santo Antônio de Caraguatatuba: memória e tradições de um povo*. Caraguatatuba: FUNDACC, 2000.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A Morte dos Coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Bolsa: CNPq/PIBIC